

A. L. Pinto da Costa

# O abandono da prática religiosa como protesto social. O caso dos jornaleiros alto-durienses no primeiro terço do século XX

## 1. O FACTO

Ao estudar a vida quotidiana no Alto Douro no primeiro terço do século XX, constatei que, comparando o Alto Douro com as vizinhas regiões do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Douro Litoral, aí se notava uma prática religiosa menos profunda e menos generalizada: bastantes pessoas dispensavam-se facilmente da prática sacramental, nomeadamente da missa dominical e da confissão e comunhão anuais; as mesmas ou outras participavam nos actos litúrgicos mais por tradição do que por convicção, fazendo-o de um modo rotineiro e com um empenhamento reduzido; nas cidades e vilas, a prática religiosa era diminuta e alguns indivíduos não se coíbiavam até de manifestar atitudes anticlericais.

As fontes em que me baseio para falar dum tal relaxe da prática religiosa no Alto Douro são os róis de confessados, vários testemunhos orais (prestados quase todos por clérigos) e, ainda, se bem que menos expressivos e numerosos, alguns testemunhos impressos. Entre estes, contam-se os jornais republicanos da Região, sobretudo *O Povo do Norte*, publicado em Vila Real entre 1891 e 1930.

Eis alguns exemplos: em Paços (Sabrosa) apenas 20,1% dos homens e 35,7% das mulheres se confessaram e comungaram na Páscoa de 1918; na mesma data, em Guiães (Sabrosa), cumpriram os mesmos deveres 14,9% dos homens e 21,1% das mulheres; em Poiães (Peso da Régua), ainda no mesmo ano, abeiraram-se do confessionário e, depois, da mesa do altar 26,5% da população; em Vilarinho de Freires (Peso da Régua), enfim, nos lugares de Vilarinho, São Xisto, Alvações, Persegueda e Escávedas, os mais importantes e aqueles em que foi efectuado o arrolamento, desobrigaram-se 22,3% das pessoas<sup>1</sup>; em Coleja (Carrazeda de

<sup>1</sup> Arquivo Diocesano de Lamego. *Róis de Confessados*. Freguesias de Santa Maria de Paços; Guiães; S. Miguel de Poiães; Vilarinho de Freires.

Ansiães), nos anos 30, só a professora e as crianças da escola se deslocavam, ao domingo, a outra aldeia para assistirem à missa<sup>2</sup>; em Vila Real, alguns republicanos desafiaram a decisão hierárquica de não dar enterro cristão a Adelino Samardã, antigo chefe dos republicanos e antigo governador civil, por ele ser maçónico confesso e viver amancebado, subindo, sem autorização, às torres de seis igrejas da localidade e tangendo os sinos a sinais<sup>3</sup>; nesta cidade, quando os seminaristas passavam na rua, algumas pessoas fechavam a mão, fazendo uma figa, e exclamavam: «Passa, galinha!»<sup>4</sup>; a criação da diocese vila-realense, em 1922, foi olhada por alguns habitantes como a restauração do domínio clerical, a seu ver já ultrapassado pela instauração da República<sup>5</sup>; finalmente, em Vila Real e no Peso da Régua, nos anos 30, os padres eram geralmente desprezados<sup>6</sup>.

Quadro 1 – Desobriga em quatro freguesias alto-durienses

Idades	Paços (1918)		Guiães (1918)		Poiares (1919-20)	V. de Freires (1919-20)
	H	M	H	M	H + M	H + M
0-10	2,8	3,8	6,3	10,9		
11-20	15,0	36,0	38,3	51,6		
21-30	15,1	27,2	0,0	07,9		
31-40	12,5	34,5	3,8	15,7		
41-50	10,5	31,6	13,3	18,5		
51-60	23,5	46,0	15,0	34,4		
61-70	17,1	46,4	7,1	44,4		
≥71	53,8	70,7	0,0	50,0		
Total	20,1	35,7	14,9	21,1	26,5	22,3
<b>Efectivos:</b>						
Cumpriram	62	189	36	74	668	162
Não cumpriram	308	528	241	313	1847	564
Total	370	717	247	387	2515	726

Nota: Em todos os casos, estão incluídas as crianças com menos de sete anos, que, como é sabido, não estavam sujeitas à obrigação da desobriga.

<sup>2</sup> GIBBONS, John – *Não criei musgo. Retrato duma aldeia transmontana*. Carrazeda de Ansiães: [Câmara Municipal], 1984, p. 72-73.

<sup>3</sup> *O Vila-realense*, 23 Mai. 1929, p. 3, col. B; 13 Jun. 1929, p. 1, cols. A-C.

<sup>4</sup> Testemunho escrito de Mons. Eduardo Augusto Teixeira Sarmento.

<sup>5</sup> Testemunho escrito do padre Vital Capelo (carta de 28 Maio 1993) nascido no Salto (Montalegre), em 1911, que veio leccionar para Vila Real em 1933.

<sup>6</sup> Testemunho escrito do padre Vital Capelo (carta de 21 Mai. 1993), que iniciou o seu relacionamento com o Alto Douro em 1931.

## 2. A SUA EXPLICAÇÃO

A descristianização a que me refiro variava bastante de zona para zona e, até, evidentemente, de paróquia para paróquia. Com alguma atenção, porém, podiam detectar-se algumas constantes. Assim, o fenómeno atingia maior intensidade nas zonas de grandes quintas, nas faixas mais próximas das grandes vias, nos meios citadinos, entre os jornaleiros, os ferroviários e a classe média e, ainda, no meio dos indivíduos do sexo masculino e dos adultos jovens. Ao contrário, mostrava-se nula ou mais reduzida nas zonas de propriedade repartida, nas zonas mais recônditas, nos meios rurais e também entre os rabeleiros, os ricos, as mulheres, as crianças e idosos. Geograficamente, a descristianização atingia o seu máximo no Alto Douro Inferior Norte, ou seja nos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Alijó e Sabrosa.

Como explicar os factos apontados? Para o fazer, aventei as duas hipóteses seguintes. Primeira: a descristianização do proletariado rural estava relacionada com a chocante desigualdade social e com a condição de miséria e de exploração em que o mesmo vivia e de que tinha consciência, vista a notória desigualdade social. A prova é que os referidos municípios do Alto Douro Inferior Norte se contavam entre aqueles em que havia mais quintas e em que vivia um grande número de jornaleiros sem eira nem beira. Segunda: o relaxe nas práticas religiosas nos ferroviários e na classe média citadina era, em grande parte, consequência da influência externa, que circulava pelas vias de comunicação (rio Douro, linhas férreas, mormente a do vale duriense, e estradas nacionais) e se fazia através dos meios de comunicação social (livros, jornais e rádio) e dos contactos pessoais. Essa influência irradia principalmente da cidade do Porto, que, tal como sabemos, era um meio mais desenvolvido, mais secularizado e mais racionalizado. Além do mais, a classe média estava menos apegada às tradições familiares do que a classe rica.

Neste pequeno artigo, limitar-me-ei apenas à prática religiosa dos jornaleiros.

### 2.1. A condição económico-social dos trabalhadores rurais

Verdadeiros proletários, quase sem nada de seu, vivendo em tugúrios pouco melhores do que as lojas dos animais<sup>7</sup>, os jornaleiros do Alto Douro laboravam desde o nascer ao pôr-do-sol. Começavam a trabalhar à jeira pelos 12-14 anos<sup>8</sup> e

<sup>7</sup> MENDES, Adelino – *Terras malditas (Retrato d'um reporter)*. Porto: Magalhães e Moniz, 1908, p. 18, 26, 39, 47, 50, 61, 62-63, 74, 75, 78, 79, 80, 84, 86, 88, 105-106, 119, 125, 126, 128, 152, 153, 154-155, 202 e 211; LEITÃO, Joaquim – *O Varre-Canêlhas. Novella transmontana*. Porto: edição do Autor, 1914, p. 10, cols. A-B; p. 19, col. B.

<sup>8</sup> GIBBONS, *ob. cit.*, p. 44, 168 e 193; MORAIS, Pina de – *Sangue plebeu*. Porto: Editora Marânus, 1942, p. 110 e 114-115; TORGA, Miguel – *A vindima. Romance*. Coimbra: Coimbra Editora, 1965,



só terminavam quando, vergados pela velhice, já não conseguiam fazê-lo<sup>9</sup>. Os contratos de trabalho eram celebrados entre o patrão, ou o seu representante, e um rancho de operários, quer na chamada *feira de trabalhadores*<sup>10</sup>, quer no largo da povoação. Nele se discutiam e concertavam o salário, o *trato* (comida) e o número de braços e de jornais<sup>11</sup>. A jorna era estabelecida anualmente pelas grandes quintas, variando pouco ao longo do ano. As tarefas mais bem pagas eram as cavas (por serem as mais esforçadas) e as vindimas (por se estenderem por mais horas). O passadio consistia, pouco mais ou menos, no seguinte: ao pequeno-almoço, uma sardinha e um copo de vinho; ao almoço, arroz ou massa de feijão, sopa de hortalíça ou de massa ou arroz e 125 mililitros de vinho; à merenda, uma sardinha ou azeitonas<sup>12</sup>. Isto era acompanhado por um naco de broa, levado semanalmente de casa, geralmente duro (para render mais). Ora esta dieta apresentava deficiências em proteínas, mormente animais, gorduras, sais minerais e até calorias. A seu propósito, escreveu o médico, proprietário e vice-presidente do Instituto do Vinho do Porto, Mário Bernardes Pereira<sup>13</sup>:

*«O conhecimento pormenorizado da alimentação do cavador diz-nos que não existe, em região alguma vinícola do globo, operário que se contente com tão pouco. À face da ciência bromatológica, o organismo do trabalhador do Douro apresenta mistérios de equilíbrio que ainda não podemos explicar». As consequências não se faziam esperar: envelhecimento precoce (a partir dos 35 anos, aproximadamente), sezonismo, calazar, debilidade e avitaminose<sup>14</sup>.*

O trabalho dos jeireiros era constantemente vigiado por um feitor. Acerca desta figura alguém testemunhou<sup>15</sup>:

*«Os feitores ou os caseiros eram parasitas que nada faziam, a não ser zelar o melhor possível os interesses do patrão. No geral eram homens que se ven-*

p. 15; VALENTE, Vitorino Cardoso – *Projecto duma exploração agrícola da Beira-Douro*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1941, p. 34. (Relatório final do curso de engenheiro agrónomo, existente na Biblioteca do I. S. A.).

<sup>9</sup> *Jornal da Régua*, 15 Abr. 1934, p. 1, col. D: «... mas com intenção». *Região Duriense*, 10 Jun. 1934, p. 1, col. D; VALENTE, *ob. cit.*, p. 35; MORAIS, *ob. cit.*, p. 110.

<sup>10</sup> VALENTE, *ob. cit.*, p. 16; REDOL, Alves – *Vindima em sangue*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1980, p. 71, 100, 129 e 159.

<sup>11</sup> VALENTE, *ob. cit.*, p. 16.

<sup>12</sup> Testemunho oral de Américo Cardoso, natural de Loureiro (P. Régua), onde nasceu em 1914. Ver também VALENTE, *ob. cit.*, p. 24-32.

<sup>13</sup> PEREIRA, Mário Bernardes – *O cativo de algemas invisíveis*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1954, p. 28-29.

<sup>14</sup> Idem – *Preparação para o estudo de um valor económico*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1941, p. 28-42.

<sup>15</sup> GUEDES, Francisco A. – *As vinhas e os seus trabalhos*. In CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO – «5ª Semana cultural». Santa Marta de Penaguião: Câmara Municipal, 1990, pág. não numerada. Ver também REDOL, Alves – *Vindima...*, p. 111.

diam aos patrões. Homens que facilmente se esqueciam da condição de trabalhadores!» E um trabalhador rural<sup>16</sup>: «Os patrões ou os lacaios, / Sempre a atigar a gente / Eram piores que raios, / Não tinham nada de gente».

O salário era de miséria. O escritor e oficial do Exército João Pina de Morais, originário da Região, comentou-o assim<sup>17</sup>:

«A fêria dá rente para o pão cerceado, para os remendos abundantes, para os filhos vestirem andrajosos, e para a resignação se não extinguir». De facto, a jorna que um cavador ganhava em 1938, no Peso da Régua, num dia, dava apenas para comprar de 2,5 a 3,3 quilos de arroz, de 2,6 a 3,2 quilos de pão de trigo, de 13,3 a 16 quilos de batatas e de 1,3 a 1,5 litros de azeite, e o que uma mulher ou um adolescente recebia numa vindima dava tão-só para mercar de 0,9 a 1,2 quilos de arroz, de 1 a 1,2 quilos de pão de trigo, de 5 a 6 quilos de batatas e de 0,5 a 0,6 litros de azeite<sup>18</sup>. Henry Vizetelly, um britânico que visitou a região por volta de 1877, constatou, com surpresa sua, que o Alto Douro era a única região vinícola de renome em que os jornaleiros eram mal pagos<sup>19</sup>. A explicação estava, no que diz respeito aos jornaleiros, no excesso de mão-de-obra e na sua falta de especialização<sup>20</sup>.

Perante esta situação, os trabalhadores agrícolas viam-se obrigados a completar a sua jorna com o trabalho das suas mulheres e dos seus filhos adolescentes. As crianças eram deixadas, sozinhas, em casa, ou com os avós, ou com os vizinhos ou, simplesmente, na rua<sup>21</sup>.

Durante a sua estada nas quintas, geralmente distantes dos povoados, os trabalhadores eventuais dormiam nos cardenhos que aí existiam para tal fim. Térreos, de paredes revestidas ou não, esses casebres albergavam algumas dezenas de tarimbas. A palha servia de colchão e as mantas de burel, de cobertura. Quando não havia tarimbas, repousavam mesmo no chão, em cima da palha. Baixos e com poucos ou nenhuns janelos, a sua iluminação era deficiente. Acañhados, não possuíam a cubagem devida, mas raramente apareciam problemas de arejamento: o ar entrava livremente, ora pelas paredes de pedra solta, ora pelo

<sup>16</sup> ALMEIDA, A. Pinto de – *Pobre por fora, rico por dentro*. Lisboa: s. n., 1985, p. 43.

<sup>17</sup> MORAIS, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>18</sup> Os dados primários foram recolhidos em PEREIRA, Mário Bernardes – *Preparação...*, 1941, p. 95.

<sup>19</sup> VIZETELLY, Henry – *No país do Vinho do Porto*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1947, p. 65.

<sup>20</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Boletim Mensal de Estatística*. Lisboa: Imprensa Nacional, números de 1929 - 1940; testemunhos orais.

<sup>21</sup> MENDES, *ob. cit.*, p. 31; CORREIA, João de Araújo – *Sem método. Notas sertanejas*. 2ª ed. revista. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 74; GIBBONS, *ob. cit.*, p. 31 e 35; TORGA, Miguel – *A criação do mundo. Os dois primeiros dias*. Coimbra: s. n., 1969, p. 51-52; *O Vilarealense*, *passim*; *O Povo do Norte*, *passim*; *Jornal da Régua*, 8 Out. 1933, p. 1, col. D; 8 Abr. 1934, p. 1, col. D.



buraco do gato. Normalmente, havia um cardenho para homens e outro para mulheres, mas, por vezes, o mesmo podia acolher promiscuamente ambos os sexos, que uma parede ou taipa separavam<sup>22</sup>.

A grande maioria dos trabalhadores agrícolas do Alto Douro, capitalmente mulheres, era analfabeta. A Região excedia até a já elevada taxa de analfabetismo do país<sup>23</sup>. Razões: as crianças começavam a trabalhar prematuramente; o trabalho agrícola não exigia grandes conhecimentos teóricos; os trabalhadores eram promovidos não em função dos conhecimentos que possuíam, mas sim da confiança que neles depositavam os patrões; a inovação era olhada com desconfiança<sup>24</sup>. Não admira, pois, que houvesse dificuldade em encontrar um bom técnico de poda ou de enxertia.

Até aos anos 30, os trabalhadores agrícolas alto-durienses não gozavam de Segurança Social. Com o Estado Corporativo (1933-74), passaram a receber algum apoio, primeiro da Casa do Douro e, depois, das Casas do Povo, sob a direcção da Casa do Douro. Porém, como reconheceu Carlos Amorim, professor primário e vinhateiro<sup>25</sup>:

*«Com esta modificação não se alterou a situação do trabalhador, porque a organização não foi posta em prática. Mesmo que o fosse, e dada a reduzida quantidade de instituições criadas, nunca se poderia obter o resultado previsto na lei».*

As miseráveis condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais do Alto Douro agravaram-se ainda mais com a grande crise económica de 1929-34, que atingiu fortemente a comercialização externa do Vinho do Porto. Um relatório da embaixada britânica em Lisboa, com data de 1932, referia que, na região duriense, a jorna de um homem era de 3\$00 por dia, os quais, no seu entender, «nem dão para comprar broa», e acrescentava imediatamente que algumas quin-

<sup>22</sup> VIZETELLY, *ob. cit.*, p. 10-11; MONTEIRO, Manuel – *O Douro. Principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Emílio Biel e Cia., 1911, p. 50, col. B; SANTOS; Júlio Eduardo dos – *O vinho do Porto: seu passado, presente e futuro. Produção, comércio e estatística*. Lisboa: s. n., 1916, p. 43; PEREIRA, M. Bernardes – *Preparação...* 1941, p. 50; VALENTE, *ob. cit.*, p. 17; CALDAS; Eugénio de Castro – *A habitação rural na Região Demarcada do Douro*. In BASTO, E. A. Lima e BARROS, Henrique – «Inquérito à habitação rural. I - A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)». Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p. 396 e 403; DIAS, Jorge – *Minho, Trás-os-Montes, Haut Douro, Lisbonne*. In «XVI Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949», p. 100; REDOL. Alves – *Horizonte cerrado*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1981, p. 256. (Ciclo Porto Wine; 1).

<sup>23</sup> SANTOS, *ob. cit.*, p. 44-45; MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1990, p. 368.

<sup>24</sup> MENDES, *ob. cit.*, p. 44-45; *O Vila-realense*, 09 Nov. 1919, p. 2, cols. B - D; PEREIRA, Mário Bernardes – *Preparação...*, p. 86 e 92-93; MORAIS, *ob. cit.*, p. 113-114.

<sup>25</sup> AMORIM, Carlos – *Casa do Douro. Quinquagésimo aniversário. Homenagem aos paladinos da região*. [1983], p. 3.

tas só pagavam 2\$50<sup>26</sup>. Um residente no Peso da Régua escrevia em Outubro de 1930<sup>27</sup>:

*«À sua volta, a despeito de se não poupar a canseiras nem fugir ao trabalho, só vê miséria, desde a triste casa em que habita, sem cómodos, sem mobília, esburacada, tendo por tecto a telha vã que mal resguarda da intempérie, por onde o vento silva e o frio entra, até ao trabalho, doloroso por vezes, mal remunerado, não chegando nunca para garantir-lhe melhor passadio. E não se julgue que a remuneração de que falamos seja na verdade regular. Vimos no Verão, homens trabalhando aos meio[s]-dias em serviços pesados de arroteamento recebendo o salário de três escudos com duas sardinhas salgadas por alimentação ao almoço! Na semana mal ganham um alqueire de milho para pão!».*

De resto, as diferenças sociais no Alto Douro, ao contrário do que sucedia em Trás-os-Montes, eram gritantes<sup>28</sup>, o que fazia com que a miséria dos trabalhadores vitivinícolas fosse uma miséria consciente e, portanto, inconformada e geradora de revolta interior.

## 2.2. A reacção a essa situação

O que fazer diante de «uma exploração de que não havia paralelo em todo o país»<sup>29</sup>, como considera Miguel Torga, um perfeito conhecedor da Região, de que era natural? Ignorantes, sem consciência política, incapazes de se unirem em associações de classe, os operários agrícolas resignavam-se<sup>30</sup> e alienavam-se, buscando a solução dos seus problemas laborais no convívio na taberna e no largo, e no álcool<sup>31</sup>. O seu protesto levantava-se na maledicência contra os senhores das quintas e os seus feitores, que os oprimiam sem humanidade, e contra os padres, que, no púlpito, pregavam a justiça e o amor e, fora da igreja, se calavam e, bastantes vezes, se colocavam do lado dos ricos e dos exploradores<sup>32</sup>, na revolta

<sup>26</sup> MARTINS, *ob. cit.*, p. 383, col. B, citando Public Record Office. Reports. Embaixada Britânica em Lisboa, 1932.

<sup>27</sup> SIRIUS – *Emigração. III. «Região Duriense»*, 12 Out. 1930, p. 1, col. D.

<sup>28</sup> MENDES, *ob. cit.*, passim, mas sobretudo p. 10, 15, 23, 40, 69, 70-71, 125, 192; BARROS, Henrique – *A província de Trás-os-Montes e Alto-Douro*. In BASTO, E. A. Lima e BARROS, Henrique – *ob. cit.*, p. 241; COSTA, A. L. Pinto da – *De vinho se tece o destino. O dia-a-dia no Alto Douro no primeiro terço do século XX*. Lisboa: Cosmos, 1995, ponto 1.10. (no prelo).

<sup>29</sup> TORGA – *A vindima...*, 1965, p. 47.

<sup>30</sup> PEREIRA, M. Bernardes – *O cativo...*, 1954, p. 28; MORAIS, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>31</sup> MORAIS, *ob. cit.*, p. 35; REDOL, Alves – *Porto Manso*. 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa América, 1979, p. 270 e 283.

<sup>32</sup> Testemunhos escritos dos padres Vital Capelo (carta de 28 Mai. 1993), nascido em Salto (Montalegre) em 1911, e de Manuel de Sequeira Teles (carta de 10 Jun. 1993), nascido em Godim (P. Régua) em 1926.



surda contra a religião em que não viam utilidade para a resolução dos seus grandes problemas terrenos e, acima de tudo, sempre que podiam, na migração para o litoral ou para o estrangeiro<sup>33</sup>. Assim, entre 1900 e 1911, emigraram 33.690 naturais dos vinte e um concelhos que integravam a Região, havendo a população do Cima Corgo regredido, ao longo desse período, 0,1% ao ano<sup>34</sup>. Entre 1911 e 1920, por sua vez, abandonaram o país 150.259 habitantes dos quatro distritos alto-durienses (Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu), o que correspondeu a 37,5% da emigração portuguesa registada oficialmente<sup>35</sup>.

A religião era até utilizada por alguns vinhateiros como «ópio para o povo», como reconhece o padre Manuel de Sequeira Teles, nascido em Godim (Peso da Régua) em 1926<sup>36</sup>:

*«A maior parte das quintas do Alto Douro tinha uma capela, onde a missa aos domingos era celebrada antes do sol nascer, para que nenhum minuto fosse roubado à vindima ou à cava. Mais: conheci patrões que iam rezar o terço, no fim do extenuante dia de trabalho, com os trabalhadores, obrigando-os a roubar o tempo da oração ao descanso e ao sono.*

*Os patrões e caseiros aliavam-se a Deus para melhor calar tanta exploração, amordaçando assim as bocas revoltadas.*

*Para quê rezar? Para quê confiar no Deus das capelas das quintas, onde o pároco era comensal do patrão?*

*O descristianismo assentava fundamentalmente na vergonhosa exploração dos trabalhadores das vinhas por patrões que recorriam a Deus, para que o trabalho rendesse, e os operários fossem escravos comandados pelo toque de assobio do feitor!»*

Os ricos dominavam até, não raro, o clero, que deles dependia, ora para poder subsistir economicamente, ora para se servir das suas capelas<sup>37</sup>.

Como o regime estava do lado dos proprietários das quintas, os padres que ousassem pôr-se do lado dos trabalhadores rurais eram perseguidos. Foi o que sucedeu ao padre Rafael Morais, pároco de Valdigem (Lamego), que, nos anos 30, quando a crise de trabalho apertava, tomou o partido dos jornaleiros, que, juntando-se, foram pedir trabalho à quinta dos Brolhas. O caso foi considerado como

<sup>33</sup> MENDES, *ob. cit.*, p. 93.94; SIRIUS – *A emigração. III. «Região Duriense»* 12 Out. 1930, p. 1-2.

<sup>34</sup> MARTINS, *ob. cit.*, p. 369. Orlando Ribeiro fala mesmo em «um claro no Alto Douro» (RIBEIRO; Orlando e CARDIGOS, Norberto – *Geografia da população em Portugal*. Lisboa: Instituto da Alta Cultura e Centro de Estudos Geográficos, 1946, p. 370).

<sup>35</sup> MARTINS, *ob. cit.*, p. 455, col. B.

<sup>36</sup> Testemunho escrito do padre Manuel de Sequeira Teles (carta de 10 Jun. 1993). Ver também REDOL, Alves – *Horizonte cerrado*, p. 80-81.

<sup>37</sup> Testemunho escrito do padre Vital Capelo (carta de 28 Maio 1993).



um amotinamento. As forças da ordem vieram à aldeia averiguar o que se tinha passado, e o padre foi enxovalhado pelas forças policiais<sup>38</sup>.

### **2.3. Outras causas para o relaxamento da prática religiosa**

É evidente que a descristianização em causa não era fruto exclusivo dum só factor, mas sim do jogo dum conjunto deles. Deste modo, para além do protesto mudo contra uma situação desumana, em que o Estado liberal-republicano ou corporativo nada fazia, contra um clero que, ou porque não pudesse, ou porque não quisesse, se mostrava inoperante, e, também, no fundo, contra uma religião que não ajudava a resolver os mais importantes problemas terrenos, o anticlericalismo e a minguada prática religiosa exprimiam também a vida sem dignidade provocada pelas condições miseráveis em que decorria, quer em casa, quer no trabalho, o alcoolismo bastante difundido, o mau exemplo dado por alguns proprietários das quintas (protestantes uns, maçónicos outros e ateus práticos outros ainda), e a falta de tempo para cumprir as obrigações religiosas, pois que o domingo era muitas vezes aproveitado para cultivar as suas próprias leiras e para ir à feira.

## **3. CONCLUSÃO**

Como vimos, os jornaleiros do Alto Douro do primeiro terço do século XX, vítimas duma exploração extrema, viviam e trabalhavam em condições desumanas. Vegetavam numa miséria consciente e inconformada. Como não vissem saída para os seus problemas sócio-económicos, nem em si, nem no Estado, nem nos partidos, nem tão-pouco na Igreja Católica, os mais desesperados, ou mais afoitos, ou mais desapegados migraram. Os que ficaram tomaram uma atitude de resignação, de alienação e de revolta muda contra a ordem vigente, murmurando contra as autoridades e os ricos. Religiosamente, os operários agrícolas da região duriense esmoreceram na sua fé, arrefeceram na sua prática e manifestaram mesmo o seu descontentamento no anticlericalismo.

Mais preocupado com o reino dos céus do que com o reino da terra, sem uma teologia clara e coerente sobre a libertação das realidades terrestres e da salvação integral do ser humano, o catolicismo, pelo menos tal como ele era visto e vivido pelos hierarcas regionais de então, mostrou-se incapaz de responder às necessidades dos trabalhadores rurais do Alto Douro. Manietada pela sua dependência,

<sup>38</sup> Carta de 31 Mai. 1995 do padre Firmino Cardoso Pinto, seu amigo, nascido em Coura (Armamar), em 1915, de seguida pormenorizada por telefonema de 20 Jun. 1995.

voluntária ou não, a grande maioria dos clérigos, por seu lado, abstinha-se, ou tomava atitudes de compromisso, contradizendo, na prática, a justiça e o amor apregoados. Não admira, pois, que, ao verem-se abandonados pela religião, os trabalhadores a abandonassem também. O modo lento e silencioso, quase envergonhado, como o faziam explica-se pela falta duma solução alternativa que fosse, ao mesmo tempo, viável e produtora.

O grande problema dos operários agrícolas do Alto Douro não teve solução a curto prazo. Faltou a iniciativa, religiosa ou outra, tanto aos directamente interessados, como às grandes instituições. Sendo assim, a condição dos trabalhadores só conheceria melhoras sensíveis nos anos 60, quando começou a emigração em massa para a Europa Central.